

RELAÇÕES ETNICORRACIAIS E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO LIVRO DIDÁTICO

Andirana O. Lima¹

Benedito G. Eugenio²

Resumo

Estudos sobre o livro didático são fundamentais, tendo em vista que o Brasil possui um Programa Nacional do Livro Didático que distribui este material a todos os discentes da escola pública, sendo ele, na maioria das vezes, o definidor dos conteúdos a serem ensinados na escola. O livro didático é um produto da indústria cultural e do mundo da edição, em que vários atores participam de sua elaboração e construção, que vão desde as editoras até os técnicos programadores visuais, ilustradores. Neste processo, o livro didático sofre diversas modificações, obedecendo sempre à evolução das transformações e a lógica do mercado, condizentes a realidade social existente, o que lhe atribui um caráter ideológico. Assim, o texto ora apresentado aborda a importância de estudos sobre as relações etnicorraciais no livro didático, particularmente, os dos anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: relações etnicorraciais, livro didático, racismo.

Introdução

Pesquisar a relação entre historiografia do negro com o livro didático elucida elementos de importância teórica na medida em que se pretende realizar analogias entre formulações elaboradas pelos livros didáticos e seu impacto sobre a concepção do negro pelas crianças que estão construindo seus saberes escolares através de tal instrumento didático-pedagógico.

De acordo com Oriá (1996), os livros didáticos, principalmente os de história, verticalizam uma imagem dos povos europeus e africanos com uma primazia constante em seus conteúdos, de forma que os “brancos” (europeus) são concebidos de forma heroica e participativa na construção da identidade brasileira elitizada, enquanto que

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista de Iniciação Científica (CNPq). E-mail: andiolima@gmail.com

² Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: beneditoeugenio@bol.com.br

para os africanos “negros” restou o legado da escravatura e da imagem pejorativa, preconceituosa e estereotipada, escamoteando, dessa forma, a participação deste segmento na construção da identidade brasileira.

Estudos sobre o livro didático são fundamentais, tendo em vista que o Brasil possui um Programa Nacional do Livro Didático que distribui este material a todos os discentes da escola pública, sendo ele, na maioria das vezes, o definidor dos conteúdos a serem ensinados na escola.

Com relação à discriminação racial, um estudo pioneiro foi o de Ana Célia Silva (2011). Tendo como foco a representação social dos negros nos livros didáticos, a autora ressalta que a questão da percepção do outro está intimamente ligada a situações de ordem política e ideológica que visam à manutenção do controle social. É a partir dos movimentos negros que se pensam sobre atitudes de mudança no que se refere à imagem e representação do segmento no âmbito da educação.

Em muitos casos, a discriminação tem origem não apenas no preconceito e sim no interesse, que tem a noção de privilégio como foco principal, ou seja, a continuidade e a conquista de privilégios de determinados grupos sobre o outro seria o determinante da perpetuação da discriminação. (GOMES, 1995 apud SILVA, 2011, p.75).

Neste sentido, os valores da cultura dominante sobrepõem-se aos da cultura dominada, estando a primeira sempre mais elevada e em detrimento a segunda, dando margem a compreensão de sujeitos socialmente inferiorizados.

O PNLD e os Estudos Sobre Livro Didático

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma iniciativa do Governo Federal subsidiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Seu objetivo é suprir a demanda de livros didáticos que são distribuídos nas escolas públicas de todo país, a fim de complementar o trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições de ensino formal. De acordo o decreto nº 7084/ 2010:

Os programas de material didático executados no âmbito do Ministério da Educação são destinados a prover as escolas de educação básica pública das redes federais, estaduais, municipais e do distrito federal de obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita (BRASIL, 2010).

Nesta lógica, o FNDE anualmente compra e distribui livros didáticos, paradidáticos, dicionários e periódicos para todo alunado de determinada etapa de ensino, atendendo a ciclos trienais alternados. A partir da ordem apresentada na figura abaixo, destaco algumas das etapas principais do referido programa:

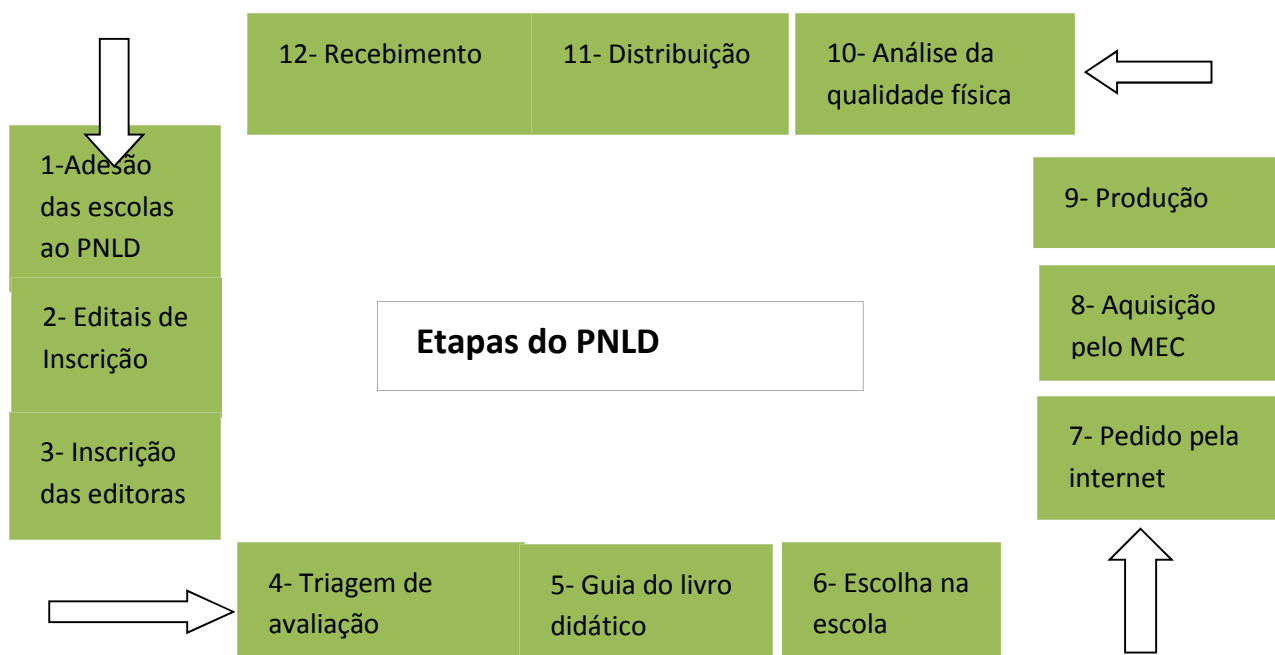


Figura 01: Etapas do Programa Nacional do Livro Didático

Conforme as etapas acima citadas, o livro didático percorre todo um caminho até que possa chegar às mãos de professores e alunos, nesse percurso, vários agentes sociais interferem na sua estrutura até que chegue ao seu produto final. Almeida (2013, p. 91) alerta para o fato de que:

Os agentes envolvidos na política do livro didático buscam, de alguma forma, intervir na definição ou manutenção de espaços estratégicos na produção, na aquisição e na distribuição de livros didáticos. Essas questões vão muito além de mera intervenção, estes agentes tentam, de todas as maneiras possíveis, promover espaços de negociação para influenciar no processo decisório estatal a fim de conseguir posições vantajosas com o objetivo de promover condições que aumentem a capacidade de atendimento aos seus interesses e sua atuação dentro do campo.

Por trás desse processo, existe uma concorrência entre editoras que pouco tem se preocupado em atender as necessidades educativas e de inclusão dos alunos do ensino

fundamental, esse esteve completamente subordinados aos interesses do mercado e da indústria livreira nacional em aumentar seu acúmulo de capital. Se as necessidades foram atendidas em alguma das obras, deve-se meramente a preocupação com a venda do produto. Segundo Almeida (2013), o segmento de livros didáticos e paradidáticos são os mais importantes do setor, chegando a atingir em 1998 44% de suas vendas destinadas ao ensino público e com o PNLD esta tem se expandido ainda mais.

Já sobre a organização física dos livros didáticos, estes possuem em sua estrutura textos, ilustrações e gráficos, os gráficos e ilustrações têm por finalidade reforçar e reiterar a representação do texto. A partir desses elementos que o constitui, este fomenta o aprendizado que é comprovado a partir das resoluções propostas em seus exercícios, completando assim sua abrangência.

Segundo Borges (2009), os livros didáticos existem em função das disciplinas escolares, que por sua vez utilizam-se deste material com o intuito de nortear o processo de ensino em sala de aula dentro das escolas. No entanto, o mesmo atenta para o fato de que os assuntos contidos no livro didático são fruto de uma apropriação da escola, feito em ambiente exterior a ela. Os conteúdos dos livros didáticos são elaborados a partir de produções científicas, ou de outras dimensões da vida social, que por sua vez são apropriados para o manuseio escolar.

Ademais, o livro didático é produzido através de adaptação e apropriação do conhecimento científico, o qual é vulgarizado e muitas vezes distorcido da realidade, a fim de facilitar o entendimento dos educandos de ensino fundamental e médio. Nesse sentido, vulgarizam-se os saberes científicos mais elaborados através da transposição didática para serem ensinados no âmbito escolar, que acaba por tornar o conhecimento distorcido da realidade.

O livro didático é também um elemento intermediário na pedagogia e a escola o principal lugar onde ele é manuseado, apesar de não ser o único espaço onde seja utilizado. Trata-se, portanto, de um tipo de material escolar, cuja função de instrumento a ser trabalhado no processo pedagógico o coloca como elemento importante na aprendizagem. Como tal são importantes na produção, circulação e apropriação de conhecimentos, sobretudo daqueles em que a difusão é responsabilidade da escola (BORGES, 2009, p. 50).

Entretanto, é preciso entender que o livro didático é um produto da indústria cultural e do mundo da edição, em que vários atores participam de sua elaboração e

construção, que vão desde as editoras até os técnicos programadores visuais, ilustradores. Neste processo, o livro didático sofre diversas modificações, obedecendo sempre à evolução das transformações e a lógica do mercado, condizentes a realidade social existente, o que lhe atribui um caráter ideológico.

Segundo Bittencourt (1997), o livro didático é também suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares. Nesse sentido, são agregados aos conteúdos dos mesmos, padrões linguísticos e formas de comunicação específicas na elaboração de textos com vocabulário próprio, fazendo resumos, selecionando ilustrações, ordenando conceitos e capítulos, o que o torna longe de ser um produto inocente sem intenções pré-estabelecidas no momento de sua produção.

Além disso, o livro didático encontra-se na prática pedagógica como instrumento de ensino privilegiado, que media a prática docente através das instruções contidas em manuais de exemplares para uso exclusivo dos professores. Assim:

O livro didático, nesse aspecto, elabora as estruturas e as condições do ensino para o professor. Ao lado dos textos, o livro didático produz uma série de técnicas de aprendizagem: Exercícios, questionários, sugestões de trabalho, enfim as tarefas que os alunos devem desempenhar para apreensão ou, na maior parte das vezes, para a retenção dos conteúdos. Assim, os manuais escolares apresentam não apenas os conteúdos das disciplinas, mas como esse conteúdo deve ser ensinado. (BITTENCOURT, 1997, p.72)

Portanto, os livros didáticos precisam estar em consonância com o tipo de aprendizagem que se pretende atingir, bem como planejado em uma lógica que tem como objetivo a prática pedagógica transformadora da realidade. Ainda segundo Borges (2009), é preciso descortinar as facetas do livro didático, para uma pedagogia crítica de seu uso, a partir de uma leitura da obra completa, visto que este é apresentado aos alunos não como um instrumento do processo de ensino, e sim como a própria fonte do saber.

O negro e o livro didático

Sobre os estudos que tratam de questões ligadas ao racismo em livros didáticos, merece destaque as pesquisas realizadas por Ana Célia Silva (2011). Tendo como objeto

de pesquisa a representação social dos negros em livros didáticos de língua portuguesa, na década de 1980 a mesma constatou que a maioria dos livros didáticos analisados por ela, dentro do referido período, trazia em relação aos personagens negros um estigma e uma invisibilidade que impossibilitava a valorização dos sujeitos de cor, por parte das crianças que estavam construindo seu conhecimento mediatizado pelas referidas obras, uma vez que a imagem desses sujeitos estava sempre representada por caricaturas desconfiguradas e de forma negativa, muitas vezes comparada a animais, dando margem a rejeição e a exclusão.

Já em novas pesquisas realizadas, na década atual, a mesma evidenciou uma significativa mudança nos livros didáticos de língua portuguesa dos 1º e 2º ciclos de aprendizagem, haja vista que o negro já tem sido mais bem representado e com uma maior ênfase a valorização de sua imagem e cultura. Tal premissa, segundo ela tem um grande significado no que concerne à autovalorização da imagem da criança negra, pois:

Essas mudanças podem concorrer, em grande parte, para a construção da autoestima e autoconceito da criança negra, para a aceitação e integração com as crianças pertencentes à sua raça/etnia, uma vez que a internalização de uma representação inferiorizada pode produzir a autorrejeição e a rejeição ao seu outro assemelhado, bem como para o reconhecimento e respeito do negro por parte dos indivíduos de outras raças/etnias. (IDEM, 2011, p.13).

Entretanto, apesar dos livros didáticos terem mudado no sentido de representar o negro de uma forma mais humanizada, ou seja, sem estigmas, preconceitos ou estereótipos, os mesmos ainda continuam silenciando e invisibilizando o personagem negro, o que dificulta e inviabiliza na prática pedagógica uma construção positiva da representação social dos mesmos. (SILVA, 2011).

Já conforme os estudos de Branco (2010), o cerne do problema racial enfrentado pela população negra tem sua origem a mais de cem anos no pós-abolição. Desde então os negros brasileiros lutam pelo seu reconhecimento e por melhores condições de vida. Entretanto, o segmento continua relegado a ambientes de desigualdades, em que negros e brancos continuam separados pelas injustiças. Neste sentido:

As pesquisas sobre a população brasileira mostram dados de que a desigualdade brasileira tem que ser analisada, também pelo viés racial. Não haverá democracia perene nem economia sólida se o Brasil não tirar a venda que o tem impedido de ver o enorme fosso social e racial que separa brancos de negros, e agir no sentido de corrigir o problema (BRANCO, 2010, p. 96).

Apesar do problema supracitado, a mais de um século passados a questão do racismo continua silenciada e camuflada pelas políticas públicas que se fundamentam no mito da Democracia Racial para burlar os fatos reais, bem como do discurso de que não há racismo, mas, apenas, discriminação social. Esse é o debate que tem sido veiculado nos diferentes meios de comunicação, dificultando políticas focadas na questão racial.

Tendo como fundamento esse processo de desvalorização e segregação racial, é que se faz necessário uma abordagem nos livros didáticos que permitam a educadores e educandos construir uma imagem crítica do processo histórico de criação do preconceito que é produzido e coberto diversas vezes por vias ideológicas.

Ainda segundo Branco (2010), os conteúdos veiculados nos livros didáticos de história do ensino fundamental em relação ao negro e a escravidão trazem consigo contradições inerentes à realidade. Tal fato acaba por corroborar o impedimento de construção do senso crítico por parte de quem utiliza o material como caminho para construção do conhecimento. Haja vista que:

O livro didático é uma tradição tão forte dentro da educação brasileira que o seu acolhimento independe da vontade e da decisão dos professores. Sustenta essa tradição o olhar saudosista dos pais, a organização escolar como um todo, o marketing das editoras e o próprio imaginário que orienta as decisões pedagógicas do educador. Não é à toa que a imagem estilizada do professor apresenta-o com um livro nas mãos, dando a entender que o ensino, o livro e o conhecimento são elementos indispensáveis, indicotomizáveis. (SILVA, 1996, p.11).

Os livros didáticos são apontados também por Gonçalves (2007) como mecanismo de discriminação intra-escolar. Apesar da importância que este material intermediador apresenta no processo de ensino, em grande parte o negro e seu papel diante da formação da identidade brasileira não são abordados e quando são, omite-se a participação dos povos africanos, que é representada sempre por uma imagem estereotipada e linear.

Tanto nos livros didáticos da história do Brasil quanto na nossa historiografia oficial, o negro não é reconhecido como participante e construtor da vida social brasileira, estes são sempre apresentados pela predominância de uma ideologia que

insiste em primar pelos fatos que favorecessem a manutenção do sistema social capitalista.

Esse quadro de apresentação do negro a luz do livro didático tem melhorado com as novas implementações das políticas públicas, entretanto o problema do marco eurocêntrico ainda perdura, mesmo que sutilmente (BRANCO, 2010, p.104).

É preciso também lembrar que as mais diversas formas de racismo surgiram no Brasil Colônia quando a elite dominante criava situações que desfavoreciam o sangue negro, atribuindo-lhes caráter de subalternos, indolentes e apáticos, a fim de legitimar seus interesses, assim:

Eram acusados de pertencerem a uma raça impura, infecta e de terem o sangue manchado (...) os negros, mestiços, cristãos-novos e indígenas eram impedidos de ocupar cargos de confiança e de honra, sob a alegação de não possuírem tradição católica e títulos de nobreza: apenas procedimentos de natureza teológica e social (BRANCO, 2010, p. 105).

O problema decorrente desses acontecimentos não é somente o marco dessas crendices, mas a falta de uma implementação de políticas públicas no momento em que se elabora um livro didático de história, por exemplo, que prime em mostrar ao alunado a existência de tais acontecimentos na época do Brasil Colônia, fazendo uma conscientização crítica sobre a forma como essas maneiras de exclusões foram sendo consubstanciadas ao que hoje chamamos de racismo. É preciso conhecer o cerne dessas questões de forma a mudar o pensamento que hoje é adotado pela grande maioria da população social e não apenas apresentar situações rotineiras dos escravos de forma acrítica como se costuma fazer nos livros didáticos. É preciso que sejam descortinados os interesses que existiam por trás dos discursos pulverizados pela elite burguesa.

Em 2004 o MEC elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O referido documento tem por objetivo corrigir as injustiças, eliminar as discriminações e promover a inclusão social para todos no sistema educacional brasileiro, bem como valorizar as diversidades etnicorraciais e culturais que permeiam a formação da identidade brasileira. Sobre as políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas a demanda visa que:

O Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (BRASIL, 2004).

Para tanto, é essencial que se pense de que maneira essas correções precisam e podem ser efetivadas, pois de nada adianta essa falácia de combater o racismo, sem tornar acessível, especialmente ao alunado, os princípios de tanto ódio e repugnância atribuídos ao negro.

Dentro desta perspectiva, os livros didáticos precisam estar condizentes com os documentos jurídicos, de forma que a imagem a ser desvelada e abordada no material didático, consiga de fato desmitificar e contribuir com a eliminação do racismo, bem como causar um tratamento justo, igualitário e tão valorizado paralelamente as outras concepções culturais perante a sociedade brasileira.

Referências